

À luz do presente: problemas do pensamento museológico de Gilberto Freyre

330

MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE Vol. 8, n.º 16, Jul./ Dez. de 2019

Pedro Ernesto Freitas Lima¹

DOI 10.26512/museologia.v8i16.26203

Resumo

A presente resenha trata do livro *O pensamento museológico de Gilberto Freyre*, organizado por Mario Chagas e Gleyce Kelly Heitor. Ressaltamos como os diversos autores integrantes da publicação discutiram e exploraram as tensões e contradições das concepções museológicas de Freyre, especialmente aquelas referentes ao seu projeto para o Museu do Homem do Nordeste (MuHne). A publicação discute como o MuHne, à luz dos atuais debates sobre museu, identidade e sociedade, pode hoje lidar criticamente com o seu passado, quando a preocupação freyreana de representar socio-antropologicamente o “homem” comum do Nordeste do país era a questão fundamental do museu.

Palavras-chave:

Gilberto Freyre. Museu do Homem do Nordeste. Identidade. Museu

Abstract

This review is about the book *O pensamento museológico de Gilberto Freyre (The Gilberto Freyre museological thought)*, organized by Mario Chagas and Gleyce Kelly Heitor. We point out how the authors discussed and explored the tensions and contradictions of Freyre's museological conceptions, especially those concerning his *Museu do Homem do Nordeste (Brazilian Northeastern Man Museum) (MuHne)* project. The publication discusses how the MuHne, in the light of the current debates about museum, identity and society, can today deal critically with its past, when Freyre's concern to socio-anthropologically representation of the common Brazilian Northeastern "man" was its fundamental question.

Keywords:

Gilberto Freyre. Museu do Homem do Nordeste. Identity. Museum.

Como lidar com um museu e repensar sua proposta museológica à luz de transformações observadas na sociedade da qual é interlocutor? Assim como outros museus desse tipo, o Museu do Homem do Nordeste (MuHne) – fundado em 1979 em Recife, resultado da fusão do Museu de Antropologia, do Museu de Arte Popular e do Museu do Açúcar – tem se defrontado com alterações no modo de entendimento de aspectos como identidade e região e que tensionam seus pressupostos e modos de atuação. Diante desse contexto, a socióloga Silvia Paes Barreto, afirmou que o mito fundador do MuHne não pode “aprisionar possibilidades do que o museu pode vir a ser” (2017, p. 8), sinalizando que tal instituição não tem compromisso com a imutabilidade. Pelo contrário, essas mudanças epistemológicas significariam uma oportunidade de reflexão e reformulação que evidenciaríamos a vivacidade da instituição.

Essa questão é debatida no livro *O pensamento museológico de Gilberto Freyre* (2017), organizado por Mario Chagas e Gleyce Kelly Heitor. A publicação

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, na linha de Teoria e História da Arte, da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: ped.ernesto.din@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

é constituída por duas partes. Na primeira, são republicados artigos de Freyre, originalmente publicados entre 1923 e 1984, nos quais o autor expõe impressões sobre seu pensamento museológico e sobre a constituição e atuação do futuro MuHne. Na segunda parte, Jonathas de Andrade, Myrian Sepúlveda dos Santos, Alexandro Silva de Jesus, Gleyce Kelly Heitor, Mario Chagas e Clarissa Diniz, partindo de distintas áreas como as artes visuais, a museologia e a crítica de arte, propõem interlocuções com o conjunto de textos de Freyre por meio de artigos e obras visuais.

Nos artigos apresentados na primeira parte do livro, Freyre expressa a necessidade de constituição e manutenção em Recife de um museu “de um tipo novo: que reunisse os valores expressivos da cultura e do *ethos* de gentes brasileira regionalmente regionais”, entendendo o Nordeste como expressão regional de brasilidade. Esse museu se oporia à prática até então comum de, na musealização, privilegiar “material ou a relíquia ou o objeto relativo a glórias militares, a datas grandiosamente cívicas, a ocorrências especificamente políticas: revoluções, eleições gerais, transformações de regimes políticos” (2017, pp. 116-117). Diferentemente, o “museu de um novo tipo” deveria valorizar objetos e aspectos socio-antropológicos relacionados ao cotidiano das “civilizações regionais brasileiras”, relacionados às “crenças, controles, instituições, economias, ritos, formas de amar, de comer, de habitar, de defecar, de recreação, de lazer, de resguardo de saúde [...], de trabalho”, entre outros (2017, p. 117).

Além de tecer considerações sobre o que os museus de interesse sócio-antropológico deveriam colecionar, Freyre também discute sobre seus objetivos, dinâmicas e funcionamento, de modo geral. Na sua perspectiva, o museu não deveria mais ser visto como um depósito de relíquias, como algo “de estático, de necrófilo, de culto inerte de coisas já mortas recolhidas respeitosamente nuns como templos destinados menos ao estudo de tais coisas que à sua contemplação reverente” (47), mas sim enquanto espaço para pesquisa. Poderíamos dizer que, para Freyre, o museu seria remodelado constantemente pelo olhar do pesquisador.

Uma vez constituído o MuHne, é comum, ao longo dos textos de Freyre, o relato do reconhecimento de agentes e instituições museológicas internacionais de modo a legitimar as atividades daquele museu. Esse é o caso da menção à visita ao MuHne em 1981 do então diretor da Unesco, Amadou M’Bow, e que o teria considerado como “atualmente mais importante, em qualquer parte do mundo, dentre os de seu conhecimento. O que importa em consagração altamente honrosa para o Brasil.” (2017, pp. 105-106). Somava-se a esse parecer outros de semelhante prestígio, como aqueles de “conhecedores idôneos de museus dessa categoria” ligados a países como Dinamarca, França, Holanda, e Tchecoslováquia que, segundo Freyre, também ressaltavam o ineditismo, considerando a escala mundial, da proposta do museu.

Entre os ensaios críticos que a publicação apresenta enquanto interlocutores dos textos de Freyre, está o trabalho visual do artista Jonathas de Andrade intitulado *Cartazes para o Museu do Homem do Nordeste* (2013). Por meio de anúncios publicados em jornais de Recife, o artista convocou homens comuns, que se consideravam representantes do “homem nordestino”, para serem fotografados e terem suas imagens estampadas em cartazes. O trabalho faz parte de um conjunto que foi exibido, em diferentes ocasiões, sob o título de *Museu do Homem do Nordeste* (2014). As fotografias exploram estereótipos do homem daquela região, geralmente tido como moreno, forte e detentor de corpos moldados pelo sol e pelo trabalho braçal. Desse modo, o artista tensiona

a representação do “falo nordestino” por meio da erotização dos corpos apresentados, deslocando representações habituais dos lugares e práticas sociais aos quais eram condicionados por parte das narrativas regionalistas dos anos 1930, em parte vocalizadas por Freyre.

De um modo geral, os demais ensaios localizam Freyre em relação às mudanças e alterações nos debates sobre os pensamentos social e museológico ao longo do século XX. A complexidade do autor e as diferentes perspectivas que seus escritos assumem se deve, em parte, ao fato de Freyre ser contemporâneo da implosão de pressupostos positivistas e cientificistas que, até pelo menos as primeiras décadas do século XX, ainda encontravam lugar nas ciências humanas. Como afirmou Myrian Sepúlveda dos Santos, sua concepção de museus “acompanhava os movimentos da época” (2017: 152). Santos sublinha o fato de que *Casa-grande & senzala*, escrito na década de 1930, deve ser compreendido a partir do contexto do debate entre cultura e raça no país. A autora chama a atenção para o fato de que em 1929 acontecia no Brasil o Primeiro Congresso de Eugenia, com o apoio de instituições de prestígio naquele momento como a Academia Brasileira de Medicina e o Instituto de Advogados do Rio de Janeiro, e que estava em pauta a crença de que políticas migratórias seriam decisivas na qualidade mental e moral da “raça” e, conseqüentemente, no desenvolvimento do país (2017, p. 149).

A autora aponta ainda como, de certo modo, sua proposta museológica está ancorada em uma dialética, presente em seu clássico ensaio, entre instituições coloniais de caráter familiar e instituições modernas impessoais. Para Santos, Freyre dialetizou com o sistema universitário, atuando fora dele como ensaísta e como proponente do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), operando, dessa forma, por meio do modelo de prestígio social, ancorado a relações políticas e pessoais, em oposição a modelos impessoais (2017, p. 146). Além disso, quando consideramos os gêneros de objetos que deveriam ser colecionados pelo seu museu “de um tipo novo”, Santos afirma tratar-se de uma “nostalgia da casa-grande” que exclui, em sua idealização, o “suor do trabalho escravo, as torturas, a barbárie do sistema” (2017, p. 149).

Já a preocupação de Gleyce Kelly Heitor, em seu artigo, está em demonstrar que, no conjunto de textos de Freyre apresentados na publicação, há um museu “elaborado textualmente” e que é compreendido pelo autor como uma “plataforma necessária, abrangente e eficaz para enunciação de teorias.” (2017, p. 174). Na perspectiva de Heitor, embora Freyre não tivesse concebido um conceito de museu, ao propor um projeto de atributos a essa instituição, evidenciaria o modo como o museu foi operado por diferentes campos do saber de modo a “atribuir estatuto de verdade ao pensamento de historiadores, antropólogos, etnólogos, museólogos, entre outros.”

Ao criticar instituições como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (1862), que privilegiavam a memória de fatos considerados solenes e grandiosos, como os feitos militares e políticos, e defender o colecionamento e exibição de objetos relacionados ao cotidiano e ao doméstico do homem comum, Heitor afirma que Freyre seria um “interventor” e um “constituído” ao entrelaçar o passado ao presente, reinterpretando-os de modo mútuo. Os objetos colecionados deveriam ser compreendidos como documentos de uma realidade em processo, integrantes das dinâmicas da vida e da cultura e como índices do tempo e de suas intersecções, e não como registros de um passado remoto. Ainda segundo a autora, as reflexões de Freyre dedicadas aos museus, tomam os contornos do seu pensamento social. Mais

especificamente,

no seu projeto de museu, se atualiza, sobretudo, sua interpretação sobre o processo de colonização do país. [...] Apelando ao cotidiano como temporalidade e à casa como forma expositiva, para pensar um museu que ao mesmo tempo expõe e atenua os embates, literalmente domesticando-os. (2017, p. 181).

É devido à atenuação e domesticação de embates que estaria a tensão e contradição do projeto freyreano, segundo Heitor. Os objetos de interesse de Freyre, antes excluídos de narrativas museológicas, passam a espelhar sua política e seu projeto cultural calcados em ideias conservadores e saudosos de noções como tradição e herança. Dessa forma, operando lembranças e esquecimentos, o pensamento freyreano forja um projeto identitário hegemônico (2017, p. 185).

Entre 1918 e 1923, Gilberto Freyre fez curso superior e mestrado nos Estados Unidos e, após o título de mestre, embarcou para a Europa, onde realizou estudos em diferentes países. Mario Chagas ressalta a importância dessa formação no exterior para, à distância, empreender um pensamento museológico para o Brasil. Segundo Chagas, seu olhar “treinado no estrangeiro permitia a identificação de omissões e lacunas” em seu próprio país (2017, p. 188).

Ao posicionar o pensamento museológico de Freyre frente a outros de seus contemporâneos, como Gustavo Barroso, ex-diretor do Museu Histórico Nacional, em perspectiva, é possível entendê-lo como “progressista” e “avançado” quando propõe romper, como já mencionamos, com o “culto da saudade dos heróis militares, com o desejo de musealizar o monumental, o grandiloquente” (2017, p. 189). Evidentemente que essa avaliação, à luz de questões pautadas em nossos dias, adquire outras delimitações. Dando relevo para o fato de que o MuHne se mantinha a partir de uma frágil unidade assentada em expressões como “museu”, “homem” e “nordeste”, Mario Chagas propõe uma série de questões para que o mencionado museu lance um olhar crítico para o seu passado, reflita sobre o seu presente e proponha o que ele quer ser no futuro:

Quem seria esse homem do Nordeste? Teria ele uma identidade própria? Seria o homem do Nordeste capaz de dar conta dos diferentes homens e dos diferentes nordestes, em termos étnicos e socioculturais? Seria possível pensar um Nordeste no Sudeste, um Nordeste no Centro-Oeste, um Nordeste no Sul, um Nordeste no Norte e um Nordeste fora do Brasil? Teria esse homem do Nordeste o poder de absorver e representar a mulher do Nordeste, a criança do Nordeste, a lésbica, o gay, o bissexual, o travesti e o transexual do Nordeste? (2017, pp. 196-197).

Chagas, portanto, questiona, à luz da “de(s)colonização do pensamento museológico”, em parte uma contribuição dos movimentos sociais às instituições museais, qual seria a contribuição do pensamento museológico de Freyre e como operar com o seu legado.

Finalmente, Clarissa Diniz desenvolve seu artigo a partir de uma provocação: a autora afirma que seria possível, na obra de Gilberto Freyre, “entrevier um processo de desnordestinização” (2017, p. 198). Os aspectos abordados por Diniz a partir de um Freyre específico, dedicado na idade madura a desenvolver noções de *tropicologia* e de *situacionalidade*, demonstram a complexidade do

À luz do presente:
problemas do pensamento museológico de Gilberto Freyre

pensamento do autor e a dificuldade em sintetizá-lo. Diniz argumenta que a concepção de regionalismo do autor não estava delimitada por “um tema ou um modelo específico de ser”, o que implicaria, nesse caso, em provincianismo.

As noções freyreanas mencionadas por Diniz diziam respeito a como a cultura respondia e se articulava com as especificidades geográficas na região dos trópicos do globo, o que não deve ser confundido com uma expressão do determinismo biológico. Essa era uma forma de Freyre se contrapor a certo modernismo paulista que valorizaria uma alteridade “brasileira” de dimensão nacional, total, incorrendo em abordagens por vezes esteticistas, exotizantes e folclorizantes, em detrimento do reconhecimento de singularidades regionais. Portanto, de certo modo Diniz atribui certa contemporaneidade a Freyre ao reconhecer sua consciência contextual, crítica a projetos totais e hegemônicos atribuídos a certas proposições modernistas no país. Isso não implica na desconsideração, por parte da autora, das contradições e tensões, algumas delas aqui tratadas, presentes ao longo de sua obra e apontadas pelos demais autores da publicação.

O pensamento museológico de Gilberto Freyre é um projeto instigante e que tem uma dimensão política relevante. Em um país no qual instituições museológicas, junto a outras abarcadas nos campos da arte e cultura, necessitam se legitimar constantemente, de modo a provar sua relevância e seu impacto social frente a constantes ataques de um poder público que insiste em não assimilá-las enquanto agentes estratégicos na proposição de políticas públicas, é crucial refletirmos criticamente sobre a história de nossas instituições de modo a não desperdiçarmos aquilo que já foi construído. Entre os méritos da publicação, está o fato de que há um confronto crítico não só com o pensamento de Freyre e entre seus estudiosos, mas também da instituição – nesse caso, o MuHne – com ela mesma, o que pode favorecer encaminhamentos propositivos quanto à sua atuação e interlocução com a sociedade.

Referências

CHAGAS, Mario; HEITOR, Gleyce Kelly [orgs.]. *O pensamento museológico de Gilberto Freyre*. Recife: Editora Massangana, 2017.
Museu do Homem do Nordeste [folheto de exposição]. Rio de Janeiro: Museu de Arte do Rio, 2014.

Recebido em 15 de julho de 2019
Aprovado em 31 de agosto de 2019